



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681341 - RJ (2021/0226471-0)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

IMPETRANTE : LEANDRO RODRIGUES MENDONCA E OUTRO

ADVOGADOS : ALEXANDRE COSTA DA SILVA - RJ135486
LEANDRO RODRIGUES MENDONÇA - RJ135392

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PACIENTE : JOAO RIBEIRO DE OLIVEIRA (PRESO)

CORRÉU : CLAUDIO NUNES COUTINHO (PRESO)

OUTRO NOME : CARLOS NUNES COUTINHO

CORRÉU : ADILSON OLIVEIRA COUTINHO FILHO

CORRÉU : ADRIANO TEIXEIRA BASTOS

CORRÉU : ALEXANDRE DA ROCHA GONCALVES

CORRÉU : ALOIZIO DE SOUZA

CORRÉU : CARLOS AUGUSTO DE CASTRO RODRIGUES

CORRÉU : CARLOS HENRIQUE DE ARAUJO

CORRÉU : CLAUDIO LUIZ STOLET HERDY

CORRÉU : CRISTIANO RIBEIRO RODRIGUES

CORRÉU : DAVIDSON DA COSTA VIANA BRAGA

CORRÉU : DIEGO CANDIDO SOARES

CORRÉU : DIVINO JULIO DE ASSIS

CORRÉU : FABIO BASSON DE MELO

CORRÉU : FLAVIO LUCIO DE OLIVEIRA LEMOS

CORRÉU : FRANCIS COUTINHO SOARES

CORRÉU : FRANCISCO SERGIO NUNES SIMOES

CORRÉU : GLEISON GOMES BARBOSA

CORRÉU : GUTEMBERG ANDRADE DE SANTANA

CORRÉU : HENRIQUE DA SILVA TURQUES

CORRÉU : HENRIQUE OLIVEIRA DE ARAUJO

CORRÉU : IGOR AGUIAR BAPTISTA DE OLIVEIRA

CORRÉU : IGOR GUIMARAES SILVA

CORRÉU : JOSE MOACYR FERNANDES DE OLIVEIRA

CORRÉU : LUIS CLÁUDIO SOUZA DAS NEVES

CORRÉU : MARCELO SILVESTRE DA SILVA

CORRÉU : MARCIO ROBERTO BRAGA

CORRÉU : MARCO ANTONIO CASADO LIMA

CORRÉU : PEDRO HENRIQUE PINHEIRO CARVALHO

CORRÉU : RAFAEL ARAUJO DA SILVA

CORRÉU : ROGER FERNANDES
CORRÉU : RONALD MACHADO DA CRUZ
CORRÉU : RONILE DE OLIVEIRA SANTOS
CORRÉU : SIDICLEI SEBASTIAO DE FREITAS
CORRÉU : VAGNER OLIVEIRA DE ANDRADE
CORRÉU : VITOR HUGO GONCALVES DA SILVA OLIVEIRA
CORRÉU : WALLACE SOARES GONCALVES
CORRÉU : WELLINGTON SOARES GONÇALVES
CORRÉU : WILLIAM DA SILVA AMORIM
CORRÉU : WILLIAN DE SOUZA BOECHAT
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas Corpus* n. 0160751-21.2021.8.19.0001).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes tipificados no artigo 2º, *caput*, §2º, e § 4º, incisos II e IV da Lei n. 12.850/2013.

Os impetrantes sustentam que o paciente se encontra acometido por grave doença coronariana, conforme relatado no atestado médico, datado de 16/7/2021, estando sob o eminente risco de infarto agudo do miocárdio, caso não seja adequadamente assistido.

Requerem, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o curso do processo ou seja submetido à medida cautelar diversa da prisão, até o julgamento de mérito da impetração. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, com a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 e incisos do CPP, se necessário. Subsidiariamente, pedem a substituição da prisão pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR.

RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 397-398):

No caso *sub examine*, malgrado a argumentação expendida pelo impetrante, da análise perfunctória dos elementos constantes dos autos não é possível vislumbrar ilegalidade manifesta de forma a elidir os requisitos autorizadores para a manutenção cárcere, mormente em razão da dinâmica da atividade criminosa narrada na peça acusatória.

Também assim, o quadro de saúde apresentado pelo denunciado, por si só, não se presta à tal desiderato, haja vista que o laudo médico então colacionado não indica, de forma pormenorizada, risco iminente à sua integridade física, cuja comprovação, em primeira análise, demanda maior dilação probatória, incompatível com a via eleita, lembrando, ainda, que pleito sequer chegou a ser analisado pelo Juízo competente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente